

Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia 10ª Reunião do Grupo de Trabalho "Sustentabilidade na Construção"

Data: 25/02/2011

Horário: 09:00h às 12:00h

Local: Edifício Martinelli - Auditório 26º Andar

Presentes a Reunião:

Membros

- Dr. Luiz Laurent Bloch - SMDU
- André Luis Gutierrez Pereira - SMDU
- Alessandro Augusto Dardin – SIURB
- Lilian Sarrouf – SINDUSCON-SP

Convidados

- Adalberto Maluf – FUNDAÇÃO CLINTON
- Alessandra Giovannetti – FAN DESIGN
- Clarice Degani – SECOVI
- Marcio Maia Vilela – IEE
- Milene Abla – ASBEA

Pauta:

- Continuação da Discussão para Elaboração do Plano de Ação da Cidade de São Paulo para as mudanças climáticas;
- Próximos passos, até o dia 15 de março de 2011.

Registro das discussões e deliberações:

Os membros presentes trabalharam para fechar o texto-base do "Plano de Ação da Cidade de São Paulo para as mudanças climáticas". Após discussão propuseram a seguinte estrutura para o texto.

PROPOSTA "AÇÕES PARA CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS"

Focos:

1. Induzir o uso das práticas de construção sustentável pela sua adoção nas edificações públicas municipais.
2. Buscar o avanço da legislação municipal orientada para as boas práticas da construção sustentável.
3. Promover e incentivar padrões de eficiência, conservação e uso racional dos recursos naturais nas edificações.
4. Adaptar o ambiente construído frente aos efeitos decorrentes das mudanças climáticas.

Gestão e Planejamento:

1. Viabilizar instrumentos econômicos de incentivo ao uso de novas tecnologias (materiais, sistemas e equipamentos) que promovam melhor desempenho ambiental dos edifícios.
2. Criar mecanismos para contratação de projetos, obras e serviços de engenharia que contemplem requisitos de sustentabilidade. (compras públicas sustentáveis, etc.)

3. Revisar especificações de materiais, equipamentos e sistemas nos termos de referência e nas atas de preço da administração pública municipal para que contemplem novos parâmetros de desempenho (compras públicas sustentáveis, etc.)
4. Identificar o arcabouço legal e normativo em vigor e atuar no desenvolvimento e no aprimoramento das mesmas para edificações novas e existentes.
5. Implementar política de capacitação de técnicos da administração pública nas novas práticas de construção sustentáveis. **(eventualmente inserir nas ações de educação e conscientização).**
6. Elaborar o Programa Municipal de Eficiência Energética de Edificações.
7. Instituir o GT Gestor para implantação do Programa Municipal de Uso Racional da Água em Edificações conforme Lei Municipal 14.018 e decretos 47731 de 2006 e 14 403 de 2007.
8. Elaboração de Plano de Ação específico envolvendo os órgãos da administração pública para a modernização de suas instalações.
9. Viabilizar parcerias público privada para a viabilização das ações (projetos de performance, retrofit, etc.).
10. Regulamentar a Lei Municipal 14.803/2008 que dispõe sobre o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos Volumosos no âmbito da Câmara Técnica de Entulho (portaria 015/2006 Limpurb G).
(eventualmente inserir nas ações de resíduos)

Aplicações:

1. Identificar padrões de consumo de energia e água nas fases de construção e de uso e operação de edifícios e estabelecer metas de consumo atreladas a contrapartidas e implantar monitoramento do cumprimento das metas.
2. Definição dos critérios de desempenho (qualidade, impacto ambiental, durabilidade, emissão de voláteis, ventilação, etc.) dos materiais, equipamentos e sistemas empregados nas edificações.
3. Implantar sistema de gestão dos usos de água e energia, especialmente em edificações da administração pública com adoção de soluções para o uso racional da água, incluindo o uso de dispositivos economizadores, medição individualizada, uso de fontes alternativas (águas pluviais e reuso), medição e monitoramento de consumo e perdas.
4. Elaboração de Programa para substituição gradual do consumo de combustíveis fósseis nas instalações e equipamentos utilizados nas edificações em suas diversas tipologias e usos.
5. Implementar ações de combate à comercialização e uso de madeira de origem ilegal e incentivar o uso de madeira certificada.
6. Viabilizar a inserção de critérios de sustentabilidade nos empreendimentos habitacionais de interesse social.
7. Promover a adoção de tecnologias e sistemas de energia renovável para consumo das edificações.
8. Buscar soluções adequadas às características de permeabilidade do solo no local do empreendimento, que inibam os efeitos de chuvas intensas (superfícies mais permeáveis, caixas de retenção, sistemas de drenagem).
9. Buscar soluções adequadas para implantação da coleta seletiva para edificações novas e existentes de acordo com as diretrizes a serem adotadas pelo município em atendimento à Política Nacional de resíduos.

Promover ações coordenadas com as concessionárias de serviços públicos nos investimentos em eficiência energética nas edificações, captação e tratamento de efluentes, soluções para drenagem, definição de tarifas para empreendimentos sustentáveis.

Projeto Piloto:

- Gleba H de Heliópolis (revitalização de edifícios / tratamento de efluentes)

O grupo também realizou discussões para delimitar o foco do trabalho, considerando:

1. Por definição "Construção Sustentável" abrange as e as etapas de concepção, projeto, obra, uso e manutenção e desconstrução do edifício.
2. Tratar apenas das questões relacionadas à edificação, deixando questões mais abrangentes como vizinhança, ampliação de redes de infraestrutura, etc., para os outros GT's.
3. Itens que estavam sendo tratados em outros GT's como por exemplo, reuso de água (G Uso do Solo) e eficiência energética (GT Energia) foram tratados nas propostas , uma vez que pela formatação do documento geral encaminhado, deixa se existir a figura do "GT" e as propostas são organizadas por "Ações". Entendemos que as ações para edifícios sustentáveis devam estar condensadas num único capítulo para que a leitura do documento não fique fragmentada.
4. Inserimos o subtítulo "APLICAÇÕES" no sentido de separar as ações que seriam decorrentes de ações de gestão e planejamento e que entendemos que poderiam ser viabilizadas num prazo menor.
5. Entendemos que o Projeto Piloto – Ações na Gleba H de Heliópolis discutidas no GT poderiam ser inseridas como um subtítulo.

CONSIDERAÇÕES: Tópicos de outros GT's que entram na discussão do GT Construção Sustentável

• DE GT EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

FOCO 1: Priorizar o aumento da eficiência energética das edificações

Aprimorar a Gestão e o Planejamento: no texto da GT, sugestão eliminar termo "próprios públicos", pois deve ser mais abrangente que o desempenho energético de edifícios.

Trazer ação: Promover programas de eficiência energética e sustentabilidade nos "próprios" públicos municipais (seria a proposta de Programa)

Aprimorar a incorporar processos de eficiência energética: (propostos em Aplicação GT Construção Sustentável)

- Apoiar o desenvolvimento de projetos de eficiência energética para prédios, indústrias e próprios municipais.
- Promover a implantação de processos de avaliação da eficiência energética dos próprios públicos e o estabelecimento de indicadores de eficiência e orientar a incorporação de alternativas para redução do consumo de energia.
- Estimular a criação da etiqueta de eficiência energética para as edificações e implantá-la nos próprios edifícios públicos municipais.

Verificar o que se espera por: Promover o desenvolvimento de unidades descentralizadas de distribuição de calor e frio – Avaliar a novas tecnologias Cogen&Trigen.

Levar para GT Resíduos: Promover o desenvolvimento de projeto piloto de aproveitamento energético dedicado dos resíduos sólidos urbanos com base nas melhores tecnologias e práticas.

- **DE GT USO DO SOLO**

(contemplados nova proposta GT Construções Sustentáveis)

- Priorizar a captação e o reuso de águas pluviais dos grandes empreendimentos (shoppings, centros empresariais, indústrias de alta tecnologia, estabelecimento de ensino, instituições hospitalares)
- Estimular a instalação de reservatórios de contenção de águas pluviais em empreendimentos empresariais e domésticos.

ATENÇÃO PARA O TÓPICO "Priorizar a recuperação predial das novas edificações (recuperar novas edificações?) e estimular a adaptação das instalações prediais existentes revitalizando (abrangendo? Envolvendo melhorias?) as vizinhanças" qual o sentido desejado?

1. Correções necessárias nas ações RECURSOS NATURAIS

- aprimorar a fiscalização sobre o uso de madeira certificada – termo correto: madeira de origem ilegal.

Propostas e sugestões:

- discutir ações integradas lote/quadra/bairro/cidade – GT USO do SOLO
- projetos de performance – GT Econômico
- no documento global ao invés de "compras verdes" usar "compras públicas sustentáveis"
- tratamento de efluentes em grandes empreendimentos – (ver plano municipal de saneamento+programa municipal de uso racional da água+legislação existente)
- verificar projeto eficiência escolas p/ ser incluso neste GT

Próxima reunião:

Ficou combinado que os membros do GT: Lilian Sarrouf, Clarice Degani e Milene Abla, apresentarão na próxima reunião, propostas revisadas para discussão e finalização da elaboração do plano de ação, reunião agendada para o próximo **dia 04 de março (sexta-feira)**, das 09:00h às 11:00h, no auditório do 26º andar do Edifício Martinelli.